

“MOLESTIA TERRÍVEL, DE MORTALIDADE ELEVADA, QUE DEFORMA O INDIVÍDUO”: O MORBUS  
INFECCIOSO DA VARÍOLA

“TERRIBLE DISEASE, WITH HIGH MORTALITY, WHICH DEFORMS THE INDIVIDUAL”: THE INFECTIOUS MORBUS OF  
SMALLPOX

Azemar dos Santos Soares Júnior\*  
azemarssoares@hotmail.com

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo analisar os discursos escritos e publicados por médicos na imprensa sobre os surtos epidêmicos de varíola ocorridos na Paraíba nos primeiros anos do vigésimo século. A varíola era uma doença viral, de caráter epidêmico, e que constantemente batia a porta dos paraibanos e adentrava seus corpos deformando-os em pústulas purulentas e que em alguns casos, levava-os a morte. Para tanto, o governo tratou em investir em tímidas campanhas de vacinação contra a enfermidade. Metodologicamente, me utilizo a problematização das fontes históricas a partir da *análise do discurso* conforme propôs Michel Foucault (2010), me permitindo perceber a doença como um acontecimento e o discurso sobre a enfermidade como outro acontecimento. Esses enunciados foram publicados na imprensa noticiosa d’*A União*, d’*A Imprensa*, da *Revista do IHGP* e da *Revista Medicina*. Conclui-se que enquanto as informações médico-pedagógicas ficavam presas as páginas da imprensa, a população desassistida pipocava em bexigas.

PALAVRAS-CHAVE: Varíola, Doença, Imprensa, Paraíba.

ABSTRACT: This article aims to analyze the speeches written and published by doctors in the press about the smallpox epidemic outbreaks that occurred in Paraíba in the early years of the twentieth century. Smallpox was a viral disease, of an epidemic nature, which constantly knocked on the door of Paraíba people and entered their bodies, deforming them into purulent pustules and which, in some cases, led them to death. To this end, the government tried to invest in timid vaccination campaigns against the disease. Methodologically, I use the problematization of historical sources from the analysis of the discourse as proposed by Michel Foucault (2010), allowing me to perceive the disease as an event and the discourse about the disease as another event. These statements were published in the news press of *A União*, *A Imprensa*, *Revista do IHGP* and *Revista Medicina*. It is concluded that while medical-pedagogical information was stuck in the press pages, the unassisted population popped up in bladders.

KEYWORDS: Smallpox, Illness, Press, Paraíba.

### *Introdução*

“Mal de nós, mais uma vez estamos na iminência de uma peste”. Com esse lamento, abriu-se a chamada sobre a varíola na edição de 13 de janeiro de 1913 do jornal *A União*. Texto que mais parecia o anúncio de uma maldição que se abatia sobre os corpos de homens e mulheres. Aviso da eclosão das erupções pustulentas que fazia jorrar um nefasto líquido, símbolo da dor. Mal que se abatia sobre a população paraibana deformando seu corpo, disformando sua geografia, vitimando sua vida, sentença de uma possibilidade de

---

\* Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (PROCAD - UFT/UFRN/UEPA). É professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Natal.

morte. A varíola, que muitas vezes bateu à porta da Paraíba ao longo de sua história, adentrava os espaços sem pedir licença, ferosa, ávida por criar crateras na pele, verrugas ardidas.

No ano de 1913, era possível encontrar nas casas de famílias “[...] vários casos de varicela, o que atesta que o mal vai assumindo um caráter epidêmico, e se medidas enérgicas não forem prontamente adotadas, a população em pouco tempo estará assoberbada” (A IMPRENSA, 13 jan. 1913). Apesar de já existir o serviço de vacinação e revacinação e uma constante solicitação por parte dos médicos sanitaristas em publicar na imprensa a necessidade de tomar a injeção que protegia o corpo contra a varíola, a doença ainda era vista como sentença de morte. Ao observar as publicações sobre a “terrível doença”, me deparo com expressões pavorosas como a de uma enfermidade responsável por “[...] enlutar os lares”, e provocar “[...] a dor, a viuvez e a orphandade”; que clamava a necessidade de “[...] enfrentar o terrível mal”, pois “[...] ninguém pode fugir da repelente e mortífera epidemia”, do “[...] terrível morbus infeccioso”, responsável por deixar “[...] o povo terrorizado”. Expressões que revelavam o horror do padecimento do corpo ainda em vida. Metáforas da morte.

Assim, esse texto tem por objetivo analisar os discursos escritos e publicados por médicos na imprensa sobre os surtos epidêmicos de varíola ocorridos na Paraíba nos primeiros anos do vigésimo século. Ao abrir as páginas da imprensa local, me deparo com frequentes notícias do flagelo dessa doença nas mais diversas cidades do estado paraibano, alertando a população para a ameaça do “[...] terrível morbus infeccioso quando lhe bate á porta a varíola” (A UNIÃO, 12 mar. 1914). São publicações que versavam sobre os principais problemas gestados pela propagação do vírus, os danos causados ao corpo dos pestilentos, a apresentação das ações necessárias à erradicação da varíola e os discursos médicos cobrando as devidas providências dos poderes públicos, bem como, a propagação de um modelo de educação sanitária que visava ensinar formas de se prevenir do contágio dessa enfermidade. Portanto, coube ao médico sanitarista Flávio Maroja (1912), chamar a atenção para que “[...] evitemos que o terror se espalhe de novo entre nós e novas lágrimas se derramem por um facto que bem pode ser prevenido”.

A varíola, conforme o médico Teixeira de Vasconcelos<sup>1</sup> (1932, p. 15), é uma moléstia infectocontagiosa “[...] transmittindo-se directamente de indivíduo a indivíduo e indirectamente por meio dos insectos e objectos contaminados”. O germe responsável pertence ao “[...] grupo dos vírus filtráveis a ser encontrado no sangue, nas vesículas e nas pústulas” (VASCONCELOS, 1932, p. 15).

Conforme Jean-Noel Fabiani (2019, p. 25), quando se dizia que alguém “pegou varíola” dificilmente era uma boa notícia, pois desde a França da Idade Média já se falava em uma “petite vérole”, que quer dizer uma pequena varíola, para distinguir de uma grande varíola. Nesse caso, o autor afirma que essa diferenciação se dava para classificar a pequena varíola, como sendo a enfermidade que conhecemos por esse mesmo nome, da grande varíola, referindo-se à sífilis. Porém, é importante ressaltar que a “pequena varíola” não é menos grave que a grande varíola, muito pelo contrário, ela foi uma das maiores assassinas de todos os tempos. Ainda de acordo com esse autor, a varíola “matou um quarto da população humana desde a criação do mundo” (FABIANI, 2019, p. 26).

Na Paraíba, os registros de varíola remontam o período colonial, no qual epidemias acabaram por dizimar boa parte da população indígena, reduzindo consideravelmente o quantitativo de mão-de-obra escravizada (Cf.: ALMEIDA, 1980; MEDEIROS; SÁ, 1999). Durante o oitocentos, conforme Oscar de Castro (1945), foram registrados surtos epidêmicos no decorrer de todo o século, chegando inclusive a serem construídos espaços destinados aos variolosos afastados das cidades.

Com os primeiros anos do século XX, mesmo com a edificação do *Serviço de Higiene* no ano de 1895 e sua institucionalização em 1911 (Cf.: SOARES JR., 2015; SÁ, 1999), os surtos epidêmicos continuaram a ceifar vidas. Numa rápida visita aos jornais em circulação no estado da Paraíba, pudemos enumerar surtos epidêmicos de varíola nos anos de 1902, 1905, 1907, 1912, 1913, por duas vezes só na capital, 1914, 1919, 1921 e 1925. De todos esses registros, é importante ressaltar que eles não atingiam apenas a capital, mas também as diversas cidades do interior do estado, a exemplo das cidades de Santa Rita, Areia, Itabaiana, Campina Grande, Cajazeiras, Guarabira, dentre outras. Diante da insistência pestilenta, o sanitarista

---

<sup>1</sup> Nasceu na capital da Paraíba, em 18 de abril de 1867. Formou-se médico pela *Faculdade de Medicina da Bahia* no ano de 1903. Defendeu a tese “Fratura da diáfise femural e seu tratamento”. Foi diretor da *Repartição de Higiene* no período que vai de 1911 a 1925. Foi um dos fundadores da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*.

Flávio Maroja publicou uma série de orientações para a população leitora, alertando para a necessidade da realização da vacinação, sob a alegação de que “[...] as primeiras ideias da prophylaxia das moléstias infectuosas referem-se a varíola” (A UNIÃO, 25 ago. 1913), pois “[...] hoje só tem varíola quem quer” (A UNIÃO, 25 ago. 1913).

Metodologicamente, analiso as fontes escritas no sentido de perceber a análise dos discursos produzidos sobre a varíola, suas formas de profilaxia e os discursos médico-pedagógicos disponibilizados à população leitora da Paraíba. Para tanto, me apropriei da arte de fazer história através da *análise do discurso*, nos moldes propostos por Michel Foucault (2014), na qual o discurso nada mais é do que um jogo de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro. Quando me deparei com os discursos escritos produzidos fiz minhas primeiras leituras. Essa associação culminou com a troca, com o diálogo daquilo que leio com aquilo que compreendo. Nesse momento, o discurso se anula e é elaborado um outro discurso na ordem do significante, ou seja, na forma como entendemos e elaboramos. Foi isso o que fizemos com as fontes: leituras de “verdades”, para construir outras “verdades”.

Levanto a hipótese de que os diversos surtos que adentravam as cidades, davam-se devido ao fluxo de pessoas que entravam e saíam todos os dias. Havia um trânsito de pessoas que chegavam para ficar e que iam para nunca mais voltar nos trens, nas embarcações, nos transportes automotivos que timidamente começavam a circular nas ruas da capital. Não existia ainda um serviço de higiene capaz de orientar as pessoas aos devidos cuidados com o corpo e as formas de evitar o contágio das enfermidades, ou seja, eram precárias as condições de higiene da cidade que vez por outra, padecia em chagas pustulentas. Por fim, soma-se o fato de era parco o número de profissionais médicos para atenderem a população paraibana e de pessoas letradas e que tinham acesso às informações publicadas pela imprensa em circulação no estado.

*“Evitemos que o terror se espalhe de novo entre nós”: os surtos de varíola na Paraíba*

“A varíola, o cólera morbus, a gripe, as desinterias e a peste, constituíram grandes males, que de forma epidêmica, assolaram a Paraíba”. Com essas palavras o médico Oscar de Castro (1954, p. 266) abria seu discurso sobre as epidemias ocorridas ao longo da história da Paraíba. Dentre as enfermidades grassadas, a varíola ganhou o posto de primeira a ser citada. Tornou-se uma recorrência na documentação sobre as doenças desde o século XIX. Um mal

que possuía assinatura específica tatuada nos corpos das pessoas: “[...] inicialmente aparecem manchas no rosto que, com o passar dos dias, se avermelham pela febre até irromperem em pústulas [...] depois incham, estouram e secam, deixando o rosto da pessoa marcado para sempre” (FRANCO, 2016, p. 249). Quando não ceifava a vida, deixava sua marca timbrada. Herança de uma maldição. Marcas do malquerer.

A varíola não era doença autóctone das Américas, sendo introduzida no continente pelos europeus, durante a colonização. No Brasil, há diversos registros de onde primeiro havia ocorrido o primeiro surto. De acordo com Anny Jackeline Silveira (2013, p. 51), a primeira referência à varíola no Brasil foi feita em carta pelo Padre Anchieta, no ano de 1561, dando conta da chegada à Bahia de um navio conduzindo alguns enfermos. Para Hermann Schatzmayr (2001), a varíola foi referida pela primeira vez em 1563, na Ilha de Itaparica, na Bahia, disseminando-se para Salvador e causando muitos casos e óbitos, principalmente entre os indígenas. Já conforme Antonio Carlos Toledo Jr. (2005), no Brasil o primeiro surto de varíola ocorreu em 1555, quando a doença foi introduzida no estado do Maranhão por colonos franceses. Em 1560, ocorreu uma epidemia relacionada ao tráfico de escravos africanos e em 1562-63, a doença havia sido trazida pelos próprios portugueses, atingindo duramente as populações nativas. A busca dos jesuítas pelas conversões de índios também contribuiu para a interiorização e disseminação da doença. O fato é que independentemente de onde a doença tenha grassado primeiro, data-se da segunda metade do século XVI os primeiros registros “doença do camelo ou do gerbo<sup>2</sup>” no Brasil.

Com o passar dos anos, registraram-se casos de varíola nas grandes cidades, especialmente as portuárias, a exemplo do Rio de Janeiro, assumindo caráter endêmico, como na Europa. A varíola apareceu na história das doenças do Brasil a partir da chegada do europeu ao continente americano: “[...] conhecida na China e nas Índias desde antes de Cristo, transportou-se para a Europa por intermédio dos árabes, e para a América veio com seus

---

<sup>2</sup> De acordo com Stefan Cunha Ujvari (2015, p. 135-136), o camelo e o gerbo são os principais suspeitos de fornecer um dos maiores males ao homem, um mal que atormentou a humanidade. Essa afirmativa baseia-se nas semelhanças existentes entre o DNA do vírus da varíola e o DNA do vírus que acomete o camelo. O que não se sabe ainda é se o gerbo, uma espécie de roedor em extinção, transmitiu o vírus para o camelo e para o homem, ou de um para o outro. Ambos os animais habitam áreas desérticas e são adaptados à falta de água. Ainda de acordo com esse autor, até o momento não foi possível desvendar o mistério da origem da varíola humana, pois o vírus pode ter sido originado do camelo ou do gerbo tanto em solo africano como no asiático.

descobridores” (VASCONCELOS, 1932, p. 15). Com eles, chegou o processo de colonização e todas as suas mazelas.

No que diz respeito à Paraíba, é possível encontrar registros sobre a varíola desde o período colonial, ou como disse Teixeira de Vasconcelos (1932, p. 15): “[...] na Parahyba vinha exercendo sua ação destruidora desde os tempos coloniaes”. José Américo de Almeida (1980) narrou que a primeira epidemia conhecida foi a de varíola, que em dezembro de 1597 atacou as forças de Feliciano Coelho de Carvalho, que eram conduzidas da Paraíba para o Rio Grande do Norte. Esse episódio, conforme Coriolano de Medeiros (1911, p. 117), [...] grassou com tal vehemencia que segundo narra Frei Vicente Salvador, morriam diariamente de 10 a 12 indivíduos entre brancos e índios”. Em “1641 morreram dessa peste, para mais de mil escravos da Capitania da Paraíba” (ALMEIDA, 1980, p. 435), pois “[...] as baixas de escravos desde o início da colonização, se atribuem ora as epidemias, ora as intempéries: em 1641, as bexigas dizimaram mais de 1100 escravos” (MEDEIROS; SÁ, 1999, p. 55). Embora os dados apontados afirmem ter falecido mais de mil escravizados naquele ano, não foi possível saber o quantitativo total que a Capitania da Paraíba possuía, apenas que possuía um número bastante pequeno em relação à capitania vizinha, Pernambuco. Os escritos do médico Teixeira de Vasconcelos na *Revista de Medicina da Paraíba* (1932), informaram que a partir do primeiro surto, datado de 1957, “[...] ella ficou endêmica e recrudescia epidemicamente, em período de tempo que variava de quatro para cinco annos” (VASCONCELOS, 1932, p. 15).

Por outro lado, os dados acima apresentados revelam que a varíola foi das nossas mais antigas doenças epidêmicas. As ocorrências foram frequentes, “o número de vítimas chegou a grandes proporções, incidiu com frequência regular, aterrorizando as populações. Não bastavam os hospitais para conter os doentes e estão bem vivas, ainda, as recordações de epidemias ocorridas neste começo de século” (CASTRO, 1945, p. 271). Embora a referência dos recorrentes surtos esteja associada ao início do vigésimo século, é importante ressaltar que durante o oitocentos a Paraíba pipocava em bexigas.

Segundo Nereida Soares Martins (2019), até a primeira metade do século, a varíola foi a moléstia mais preocupante, sobretudo nas cidades do interior, onde os poucos esforços de vacinação promovidos pelo governo se mostravam ineficientes. As primeiras formas de combate à varíola, como descrito por Teixeira de Vasconcelos (1927), levaram os povos mais antigos a procurar um meio de imunização: “[...] elles adquiriam o puz das pústulas de uma

varíola benigna, seccavam-no, reduziam-no a pó e introduziam-no nas narinas, ou inoculavam no corpo, por meio de picadas, com o fim de terem uma varíola discreta, para se livrarem das grandes epidemias” (VASCONCELOS, 1927, p. 14). A variolização, método descrito acima, foi feita mundo afora de diversas formas. Sidney Chalhoub (1996, p. 103), afirma que técnicas de variolização foram desenvolvidas pelos práticos chineses, consistindo em coletar as crostas das feridas dos variliosos, reduzi-las a pó e em seguida soprar alguns grãos nas narinas de pessoas em busca de proteção. Já em fins do século XVII e início do século XVIII, foi descrita uma técnica de variolização em Constantinopla: “removiam a matéria pastosa das pústulas dos variliosos e, utilizando de uma agulha previamente molhada no pus, faziam pequenas incisões em pessoas sãs” (CHALHOUB, 1996, p. 103). Ainda de acordo com esse autor, apesar das propagandas na Europa, a variolização tornou-se matéria de controvérsias virulentas. Rapidamente se reconheceu que ela às vezes causava a morte dos inoculados, além de que, as pessoas “variolizadas constituíam-se, muitas vezes, em focos, de onde se irradiavam verdadeiras epidemias” (VASCONCELOS, 1927, p. 15).

O abandono à variolização deu-se devido ao surgimento da vacina contra a varíola, desenvolvida pelo Dr. Edward Jenner. De acordo com o Dr. Teixeira de Vasconcelos (1932), “[...] nenhuma descoberta em medicina teve maior valor, até o presente do que a realizada por Edward Jenner á 14 de maio de 1794 – a vaccina contra a varíola”. O médico inglês chegou à conclusão de que “o indivíduo que contraia o *cowbox* adquiria imunidade contra a varíola” (CHALHOUB, 1996, p. 106). Jenner observou que algumas pessoas que se ocupavam de ordenhar vacas não contraíam a varíola nas grandes inoculações de bexigas que se realizavam no reino a cada ano, pois essas pessoas tendo esfoladura nos dedos, contraíam botões semelhantes ao *cowpox* das vacas. Era a pista que o cientista precisava para desenvolver a vacina antivariólica. Graças aos inúmeros problemas ocasionados pela variolização, a vacina desenvolvida pelo Dr. Jenner acabou sendo rapidamente adotada pela comunidade médica.

Apesar do método de prevenção da varíola, por meio de vacina, existir desde 1802<sup>3</sup>, ela era mal recepcionada por essas paragens, em especial pela população de baixa renda,

---

<sup>3</sup> De acordo com Sidney Chalhoub (1996, p. 107), apesar das discordâncias entre os historiadores da medicina, o mais provável é que a vacina jenneriana tenha chegado pela primeira vez ao Brasil em 1804. Já Teixeira de Vasconcelos (1927, p. 15) afirmou que no Brasil, Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcellos, cirurgião-mor das milícias, fez no Rio de Janeiro as primeiras aplicações da vacina em 1798, sendo provável que com linfa vinda de Londres e fornecida por Jenner.

acusados de proliferarem doenças, principalmente na cidade. Mesmo com a má recepção, o estado parecia ter consciência que se tratava de uma “[...] moléstia mortalidade elevada que deforma os indivíduos e muitas vezes produz cegueira, invalidando ascim forças de trabalho” (VASCONCELOS, 1932, p. 16).

É importante ressaltar que, embora a determinação da vacinação tenha sido decretada em 1802, só encontramos indício de seu uso na Paraíba a partir de 1804, como descrito numa carta régia dirigida ao Governador Luiz da Motta Feo, pelo Visconde de Anadia. Vejamos o documento:

Tendo o príncipe Regente N. Sr. Ordenado aos Governadores e Capitaens Gerais dos seus Dominios Ultramarinos por avizo de 4 de outubro de 1802 que *procurasse introduzir nas suas respectivas Capitanias, o uso da innoculação das Bexigas, e dessem conta dos effeitos que produzisse*, participou em consequência d’esta Ordem ao Governador e Capitão General de Mossambique, *que n’aquella capital, distritos adjacentes, há tanto conhecimento da inoculação e da sua utilidade, que esta prática he muito uzual, e que estão os seus habitantes tão familiarizados com elle, que huns a outros se innoculão, depois do que principião sentir as Bexigas, mesmo trabalhando, sem experimentarem mau effeito, pois que de cem inoculados, apenas morre hum; e que ultimamente se obsevrrou que o capitão de hum navio Francez, inoculou com vacina, duzentos e cinquenta e seis negros, de que contava a Carregação, e que só lhe morrera hum, e que finalmente todos os carregadores ali innoculão as suas escravaturas, de que tem tirado muita vantagem.*

A vista d’este exemplo, de que V. Mcê. Se pode servir para demosntrar aos habitantes d’essa capitania a utilidade da inoculação espera S. A. R. que V. Mcê. Os persuada a adoptarem este preservativo de hum dos maiores flagelos da humanidade.

Palácio de Querluz, em 26 de abril de 1804.

Visconde de Anadia (CASTRO, 1945. Grifos meus).

A carta acima apresentada, possui a orientação do cumprimento da norma datada de 1802 para a aplicação da vacina contra a varíola nas diversas capitanias do Brasil. Aproximadamente dois anos após a introdução da vacina, ainda se fazia necessário o investimento em exemplos educativos para convencer a população sobre a importância da vacinação. O documento apresenta ainda a descrição de dois casos positivos sobre a utilização da vacina, um em Moçambique, no qual, com medo de ter seu corpo infectado, as pessoas passaram por livre e espontânea vontade a tomar a vacina, bem como o caso de um navio francês que tratou de inocular sua tripulação composta basicamente de negros, tendo o quantitativo de óbitos reduzido a números mínimos, conforme o documento. Percebo, sobretudo, uma tentativa de incentivar a divulgação de uma pedagogia da saúde, uma forma

de positivar a vacinação contra os vírus da bexiga. Não é possível afirmar se os exemplos narrados pelo Visconde de Anadia procederam, mas é possível inferir que os exemplos funcionavam como uma tentativa de conquistar adeptos ao uso da vacina.

Em resposta ao Visconde de Anadia, o Governador da Capitania da Paraíba endereçou a seguinte epístola:

Ilmo. Exmo. Snr.

Tendo respondido a V. Excia. Um officio de 02 de agosto de 1804 sobre o Real Avizo de 26 de abril do mesmo anno, a respeito da inoculação das bexigas, *ponderando eu então não ser muito frequente nesta Capitania o mal das bexigas neste anno tenho visto, que ellas têm grassado muito, ainda tento eu procurado quanto me foi possível adoptar a pratica da vacina e conseguido finalmente que chegasse nesta cidade, o humor vaccinico tenho o gosto de participar a V. Excia. Que fui eu o primeiro que aqui adoptei este preservativo, sendo eu mesmo e meus filhos os primeiros que nos inoculamos e até o presente contão-se já nesta cidade vinte pessoas innoculadas e com feliz successo.*

Tenho passado as ordens precisas e com as necessárias instrucções para se espalhar por todas as partes desta Capitania este methodo de inoculação, e por esta maneira considero ter cumprido as Reaes Ordens que me foram comunicadas pelos Avizos de V. Excia. De 26 de abril de 1804 e 1 de outubro de 1802. Deus ge. A V. Excia. M. na. Par. 1 de julho de 1805. Ilmo. Exmo. Snr. Visconde de Anadia.

Luiz da Motta Feo (CASTRO, 1945. Grifos meus).

O então governador da Capitania da Paraíba, o Sr. Luiz da Motta Feo, justificou saber da determinação de 1802 sobre a vacinação contra a varíola, mas ponderou o uso dela sob a alegação de “[...] não ser muito frequente nesta Capitania o mal das bexigas”. Porém, com os surtos ocorridos em 1804, procurou adotar a prática da vacinação, sendo ele e sua família o principal exemplo a ser seguido pela população. Embora na carta enviada seja exposta a alegação de que sua família seria o exemplo a ser seguido, por injetar em seus corpos o humor vacinogênico, não fica clara se a intenção era realmente “dar o exemplo” ou apenas proteger a sua família do mal das bexigas. O documento ainda relata a baixa quantidade de pessoas que foram vacinadas. No ano de 1804, apenas vinte indivíduos haviam recebido o preservativo. No mais, o governador cumpria o papel comum a todos aqueles que geriam um território: afirmar que executou “todas as medidas” ordenadas pela Coroa. Fato nem sempre verdadeiro.

Ainda em 1802, segundo dados apresentados por José Américo de Almeida (1980, p. 435), apesar de haver na cidade um médico e dois cirurgiões, “[...] se curavam todos ou a maior parte por pessoas curiosas que, por meio da experiência, tinha adquirido o uso de tratar

destas enfermidades, principalmente as bexigas”. Noutras palavras, a escassez de profissionais médicos acabava por deixar a população entregue à sorte, ou aos cuidados dos práticos de saúde: as rezadeiras, benzedeiras, curandeiros, charlatões, dentre outros. Somase a isso, a ausência de assistência médica hospitalar, deixando a Paraíba, no início do século XIX, sob os cuidados da *Santa Casa de Misericórdia* que possuía apenas um único médico, o Dr. Bernardo Coelho da Costa.

Coriolano de Medeiros (1911) afirmou que a partir de outubro de 1832 teve início o combate à varíola, assegurada pela lei n. 3, de outubro daquele ano. Essa legislação, além de assegurar que cirurgiões, boticários e parteiras exercessem suas profissões sem apresentar diploma e atestado de identidade à Câmara Municipal, vigorando até o ano de 1844. Decretou ainda que o cirurgião responsável pela direção da higiene na Província recebesse um salário de 450\$000, adicionado de “[...] 50\$000 para que o cirurgião tivesse a seu cargo a direção e propagação da vaccina” (MEDEIROS, 1911, p. 118). Porém, “[...] o povo tomou tal receio á inoculação do sérum que raramente, um ou outro indivíduo o recebia e essa prevenção ainda hoje persiste em todo o interior do estado” (MEDEIROS, 1911, p. 118). Havia uma forte resistência por parte das pessoas em tomar a vacina. Possivelmente, o medo e a falta de informação eram as principais razões para tal resistência. Assim, mediante as constantes cobranças por parte do poder central, o Presidente da Província da Paraíba atribuiu no ano de 1839 a culpa dos surtos de varíola à “[...] mesquinha população do campo [que se fazia de] surdos á voz da experiência ainda não se deixão penetrar dos salutareos efeitos deste poderoso preservativo das bexigas” (RELATÓRIO DE PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1839, p. 17).

Nereida Soares Martins (2019) apresenta informações sobre a aplicação de vacina contra a varíola em meados do oitocentos. Os dados foram registrados pelo Dr. João José Innocencio Poggi<sup>4</sup>, então chefe da saúde na Paraíba: 532 pessoas haviam sido vacinadas no ano de 1842, fato que o que se atribuiu “a falta de fé da população no método de prevenção” (RELATÓRIO DE PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1843, p. 20). Um fato curioso chamou atenção:

---

<sup>4</sup> Nascido em Pernambuco, João José Innocencio Poggi parece ter sido o primeiro médico de grande atuação na capital paraibana. Quando chegou à Paraíba, realizou seu préstimo como médico na provedoria da Santa Casa de Misericórdia, no triênio 1836-1838 e no quadriênio 1844-1847, fato que lhe valeu o título de Comendador da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa. Atuou, ainda, como primeiro Vice-Presidente da Província em 1866 e 1867, conciliando com a função de Inspetor de Higiene. No cargo de inspetor, implantou a regularidade de relatórios, que deveriam ser apresentados anualmente ao governo provincial relatando a salubridade pública, que continha as mais variadas notícias sobre fatos médicos, dados sobre as condições nosológicas, sobre os surtos epidêmicos, sobre este ou aquele aspecto das atividades médicas (Cf. SOARES JR., 2015, p. 63).

a publicação de uma lei que decretava a obrigatoriedade da vacinação na cidade de Pombal, localizada no alto sertão da Paraíba. Em caso de descumprimento, “[...] multava na razão de 2\$000 os que tendo sido intimados a apresentarem os filhos ou escravos á inoculação do sérum, se recusassem” (MEDEIROS, 1911, p. 119). Ao que consta, a lei nunca chegou a entrar em vigor, pois ela foi criada sob a condição de que “[...] só entraria em execução, quando no local houvesse cirurgião de partido, ou pessoa habilitada” (MEDEIROS, 1911, p. 119). Como em Pombal não aparecia nem médico e nem pessoa habilitada, a lei “caiu em caducidade”.

Nos anos seguintes, foi destacado que, já há algum tempo, a bexiga não tinha flagelado a província. Em 1846 o Dr. Innocencio Poggi confirmou a vacinação de apenas 90 pessoas, mas informou que, aos poucos, foi havendo uma conscientização da população a respeito dos benefícios da vacina que vencia o medo e repugnância anteriores. No ano de 1847, esse número subiu para 506 vacinados, sendo o maior índice de vacinação o de crianças do sexo feminino, chegando a 106. Vale ressaltar que esses números se referem à capital e seus arredores (Cf. MARTINS, 2019).

De acordo com o *Relatório do Presidente de Província da Paraíba* do ano de 1848, o serviço da vacinação era feito na capital com alguma regularidade e proveito pelo facultativo da Câmara, a quem foi ordenado “[...] o envio para o interior de lâminas de pus para esse fim: entretanto todo o povo do sertão está por vaccinar-se, recusa-se a essa bem fácil operação, e é muitas vezes victima de seu obcecamento” (RELATÓRIO DE PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1848, p. 9). No período que vai de janeiro a junho de 1851, o relatório de vacinação dava conta de que haviam sido vacinadas 769 pessoas, sendo 613 pessoas livres e 156 escravizados. Desse número total, 583 eram do sexo feminino.

No ano de 1850, a varíola voltou a dizimar parte da população paraibana: o surto na fria cidade de Areia acometeu fatalmente 175 pessoas; as cidades da Baía da Traição e a cidade da Parahyba, hoje João Pessoa, foram atacadas pelo vírus no primeiro semestre de 1851, grassando em “[...] grande escala como em outras épocas” (RELATÓRIO DE PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1851, p. 12). Nas anotações publicadas pelo comissário de vacinação, é possível perceber a acusação de que “[...] hum resto que desgraçadamente ainda existe de incrédulos, alguns dos quaes pagarão cara a sua incredulidade, sendo victimas da referida peste” (RELATÓRIO DE PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1851, p. 12). Ou seja, valia a máxima de que “só tinha varíola quem queria”, ou melhor, quem não tomava a vacina! Pois, “[...] a maior parte

da população estava preservada com a vacina, e despertou aos que dela se descuidarão á procural-a” (RELATÓRIO DE PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1851, p. 12). Ainda é possível encontrar registros dessa enfermidade na cidade de Pilar, no ano de 1854 acometendo 236 pessoas, sendo cinco casos fatais.

Serioja Mariano (2019) abre seu texto sobre a varíola na Paraíba oitocentista narrando a história de um bexiguento: um marinheiro que chegou a cidade nas dependências de um navio atracado no Porto do Capim no ano de 1866. A notícia sobre a existência de um enfermo de varíola circulou pelas estreitas ruas da cidade baixa fazendo com que “as pessoas andassem apressadas com medo da ‘peste da bexiga’ que se alastrava” (MARIANO, 2019, p. 1), revelando assim o temor da população em contrair uma enfermidade que poderia representar o padecer de seu corpo. Ainda de acordo com a autora, o doente foi levado para a Santa Casa de Misericórdia e atendido pelo Dr. Antonio da Cruz Cordeiro. Durante a consulta, foi observado a existência de pústulas no corpo do paciente em estado bem avançado, exigindo do esculápio medidas preventivas, a exemplo de ordenar “[...] que o navio não ficasse atracado no porto, temendo a disseminação da doença, e que fosse, imediatamente, feita uma limpeza geral na embarcação para garantir uma boa higiene” (MARIANO, 2019, p. 1). O paciente não sobreviveu e como terceira medida preventiva “[...] o defunto foi enterrado na ilha Stuart, distante da cidade e ‘como é de costume’, o mesmo teria vindo a Parahyba ‘só procurar a sepultura’” (MARIANO, 2019, p. 1). Portanto, tornou-se comum na documentação do século XIX na Paraíba a presença da varíola, sendo constantemente anotada nos relatórios institucionais ou mesmo no corpo das pessoas. No ano de 1874, “[...] a varíola apareceu com um caráter terrível e assolador e acometeu a população d’esta cidade, bem como o de toda a província, de todo Império e de parte do globo” (MARTINS, 2019, p. 176).

A história da varíola na Paraíba se funde com a história dos hospitais durante o oitocentos. De acordo com Oscar Oliveira de Castro (1945, p. 353) as epidemias de varíola exigiram recursos e medidas urgentes por parte dos governos. Foi numa dessas emergências que surgiram os ranchos. Essa enfermidade causava pavor, pelo seu contágio e “os ranchos feitos as pressas, construídos de madeira e folhas de naiá, eram situados bem distantes das aglomerações” (CASTRO, 1945, p. 353). Ainda segundo esse autor, não era fácil encontrar quem deles se encarregasse, os próprios médicos se negavam a gerir a vida nos ranchos. Na maioria dos casos, passavam essa tarefa a um curioso, portador de imunidade, ou uma alma

caridosa que se responsabilizava pelo cuidar dos doentes. Nesses ranchos, eram precários os confortos médicos e os cuidados higiênicos. Os pacientes eram envolvidos em folhas de bananeiras quando ardiavam em febre. Na maioria das vezes, “aguentavam as fúrias das bexigas, expostos ao seu próprio destino” (CASTRO, 1945, p. 354).

Quando faltavam médicos, eram os religiosos que se dirigiam até os ranchos na tentativa de suavizar o sofrimento de dezenas de indivíduos que tinham seus corpos cheios de pústulas e de distúrbios provocados pela infecção. Um dos ranchos mais conhecidos foi o Hospital da Cruz do Peixe, talvez o maior registrado em fins do século XIX na capital paraibana. Em 1924, edificou-se um rancho na Ilha do Bispo, com a mesma função de atender os corpos chicoteados pelas epidemias de varíola.

Só com a chegada do vigésimo século, que ainda era castigado pelos surtos de varíola, foi que seguindo a orientação do médico sanitaria Flávio Maroja<sup>5</sup>, o então presidente do estado da Paraíba, o Sr. Castro Pinto, criou em 1913 o *Instituto Vacinogênico*<sup>6</sup>. Vale ressaltar que a inauguração desse espaço médico só foi possível graças à ação dos fortes surtos de varíola em 1908 e o registro no obituário de 1913, de 239 pessoas infectadas. O médico Teixeira de Vasconcelos (1932) alegou que a vacinação só seria garantida com a criação de um instituto responsável por realizar tal tarefa: “[...] é, portanto, de idêntica necessidade que cada

---

<sup>5</sup> Médico sanitaria nascido na cidade de Pilar. Iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, onde defendeu a tese *A talha hypogástrica poderá diminuir as indicações da litrotícia e das diferentes espécies das talhas perineais?*. Ocupou, enquanto político, os cargos de Intendente Municipal (1889), Deputado à Constituinte Estadual (1891), Deputado à Assembleia (1916-1919) e Vice-Presidente do Estado na gestão Sólon de Lucena (1920-1924). Fez carreira médica no Exército, ingressando, por meio de concurso, na área do Corpo de Saúde em abril de 1890. A imagem política de Flávio Maroja é amplamente divulgada como “o amigo do povo”, aquele que “cogita o progresso”, que “congratula-se com os patrícios”, que está “vivamente empenhado” e que atende prontamente, “cheio de entusiasmo”, a todos. Fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba; dirigiu a Santa Casa de Misericórdia; foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que também presidiu por longos anos; foi chefe da higiene do estado da Paraíba e chefe do porto; atuou como poeta publicando na imprensa local seus poemas com o pseudônimo de Gil; amaldiçoou o beijo, pois o achava símbolo de traição e contágio de doenças. Criou ainda diversos periódicos, a exemplo da *Revista de Medicina*, onde publicou uma série de artigos e denúncias sobre a higiene da Paraíba. Faleceu em 1940 (Cf. SOARES JUNIOR, 2011).

<sup>6</sup> De acordo com Soares Júnior (2015, p. 80) o *Instituto Vaccinogênico* foi proposto pelo médico Flávio Maroja, diante da epidemia de varíola em 1913. Ganhou corpo em 27 de outubro do mesmo ano, abrindo suas portas ao lado da Diretoria de Higiene. Logo ao inaugurar-se, o referido instituto foi localizado à rua Boa Vista, n 15, que depois passou a se chamar rua Sá Andrade, ficando sob a dependência da Diretoria da Saúde Pública. Foi seu primeiro chefe o Dr. Octávio Soares, que contava com dois funcionários: um preparador e um servente. Fechou suas portas em 30 de dezembro de 1916 “[...] ficando assim a Directoria de Higiene sem sua importante dependência e o povo privado de seus salutareos produtos” (VASCONCELOS, 1932).

estado possua um ou mais institutos a fim de que se possa transportar vaccina para qualquer município em perfeita conservação”.

Antes da criação do *Instituto Vacinogênico* na Paraíba, o serviço de vacinação enfrentou inúmeros percalços, a exemplo da compra e transporte das vacinas que chegavam ao estado: “[...] empregava-se vaccina adquirida no Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro ou em outros congêneres, porém, não obstante a bôa procedência, durante as viagens, o vírus enfraquecia e o trabalho era quase todo perdido” (VASCONCELOS, 1932, p. 16). Com a criação do instituto de vacinação no ano de 1913, passou-se a se produzir regularmente “[...] lymphá de bôa qualidade, como provam atestados de pessoas de fé, o exame bacteriológico a que foi submetida em Recife e pelo grande número de pessoas vaccinadas sem o menor accidente” (VASCONCELOS, 1932, p. 16). O prédio do *Instituto Vacinogênico* dispunha das seguintes acomodações: “[...] um estábulo, uma sala para inoculação dos vitelos, um laboratório para confecção da vacina, uma sala para vacinação, uma de espera e gabinete da directoria” (VASCONCELOS, 1927, p. 22).

De acordo com a fala do Dr. Octávio Soares, publicada no texto de Teixeira de Vasconcelos nos anais da Semana Médica de 1927, o referido instituto prestou “relevantes serviços” durante o tempo em que funcionou: “[...] preparou vacina de óptima qualidade, como provam os attestados recebidos de pessoas de fé, o exame bacteriológico, realizado pelo dr. Octávio de Freitas, distincto bacteriologista da visinha capital do sul [Recife], e o número elevado de pessôas vaccinadas sem o menor accidente” (VASCONCELOS, 1927, p. 23).

No ano de 1915, a população foi informada de que “[...] o facto mais notável neste departamento administrativo é a extinção da varíola nesta capital, graças exclusivamente á vacinação e revaccinação systematicas” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE ESTADO, 1915). José Américo de Almeida (1980, p. 451) também afirmou que, desde o ano de 1915, só se verificou um caso de varíola, no ano de 1920, fazendo com que a profilaxia específica dessa doença tivesse desterrada de vez da Paraíba. Essa afirmativa não pode ser considerada de toda verdadeira, pois há registros de surtos de bexigas em várias cidades e anos após 1915, como mostrarei mais adiante.

Num artigo publicado na edição de 21 de agosto de 1913 do jornal *A União*, intitulado “A Variola. Vaccinem-se! Revaccinem-se!”, o sanitarista paraibano Flávio Maroja iniciou afirmando que “hoje só tem varíola quem quer” e que “[...] as primeiras ideias das prophylaxia

das moléstias infectuosas referem-se a varíola”. As afirmativas diziam respeito ao fato de que só tinha varíola quem não tomava a vacina e que o governo do estado estava fazendo seu papel em assegurar a profilaxia da doença. Chamou ainda atenção para o fato de não ser possível que a “[...] população já tivesse apagado a lembrança dos pezares e do luto que nos proporcionou a última epidemia de varíola verificada nesta capital em 1906 e acentuadamente em 1907” (A UNIÃO, 21 ago. 1913). O discurso fazia parte da tentativa de conscientizar o público leitor para tomar a vacina contra varíola. Era mais uma tentativa dentre tantas feitas desde meados do século XIX.

A notícia afirmava que “[...] o serviço de vacinação e revacinação anti-variólica em nossa capital tem sido feita com certa frequência, sem os vexames da obrigatoriedade, mas também para o público, sem o interesse que deve despertar a prophylaxia específica da varíola” (A UNIÃO, 21 ago. 1913). Atribuía-se às classes consideradas inferiores “[...] o preconceito e ignorância do grande pecado de botar peste no corpo na recusa que se faz em aceitar a vacinação anti-variólica” (A UNIÃO, 21 ago. 1913). De acordo com Flávio Maroja, ainda na mesma publicação, não adiantava explicar para esse grupo de pessoas os benefícios, pois não seriam entendidos:

É preciso - e não me diga o contrário – que a epidemia de varíola derrame-se pelos centros onde ella irrompe; faz-se preciso que ela espalhe terror, ceife vidas preciosas para que a população procure immunisar-se, aceitando aquilo que lhes oferece de bom grado, gratuitamente, e muitas vezes sob rogos de súplicas. Não valem os argumentos em favor da vacinação, não convencem as estatísticas cuidadosamente organizadas que correm mundo como um atestado eloquente da eficácia desse meio prophylático (A UNIÃO, 21 ago. 1913).

É importante ressaltar que boa parte dessa população era analfabeta e/ou não possuía acesso aos saberes médicos em circulação na imprensa local, dificultando assim as informações sobre os benefícios da vacina. Na maioria das vezes, a população tomava conhecimento da importância da vacinação apenas quando tinha seu corpo infectado pelo vírus da varíola. Assim, os dados organizados sobre a eficácia da vacinação chegavam a uma elite letrada. Mediante o fato, o sanitarista acabou por cobrar do governo estadual algum tipo de iniciativa para conscientizar a população não letrada que não tinha acesso às informações:

[...] no uso da minha autoridade profissional e sanitária, não aconselharei a obrigatoriedade da vacinação; mas desde que os meios suasórios não surtirem os desejados efeitos, faz-se preciso uma medida enérgica e efficaz afim de vencer os preconceitos e a ignorância de que ainda estão possuídas

as baixas camadas soceaes [...] a epidemia ahi está com tendência a propagar-se e a todos nós, cumpre embargar-lhes os passos (A UNIÃO, 21 ago. 1913).

Entendo no discurso acima, mesmo que de forma sutil, a necessidade de uma educação sanitária para além das páginas da imprensa. Uma pedagogia higiênica que pudesse chegar aqueles que não tinham acesso à informação. O médico sanitarista não deixa claro em seu texto de que forma essa iniciativa poderia ganhar corpo, mas ressalta a necessidade de expandir as informações de higiene.

No que diz respeito as formas de combate à varíola, a vacinação não era a única forma. Os discursos médicos apontavam para os cuidados com a higiene: “[...] a vaccina é o único remédio que se apresenta, além das medidas hygienicas rudimeentaes domesticas, para prever o contágio da epidemia que ora nos ameaça” (A UNIÃO, 24 nov. 1912). Assim, o cuidado com a higiene da casa, do corpo, o asseio com água limpa, o cuidado com o lixo e o bom destino dado às águas sujas, dentre outros, se configuravam como parte fundamental da profilaxia da varíola, especialmente num momento em que a capital paraibana ainda gatinhava no quesito higiene pública: poucas eram as ruas calçadas, o esgoto estava a céu aberto, as águas sujas iam parar na rua formando um caldo pavoroso. Um poço de doenças!

Apesar dos investimentos numa pretensa educação sanitária através da imprensa e da aplicação de vacinas, a varíola continuava a grassar Paraíba adentro: “[...] em 1914 soffreu a nossa capital e alguns municípios visinhos os efeitos da epidemia” (VASCONCELOS, 1932, p. 16); fez vítimas no mesmo ano de 1914 nas cidades de Areia, Santa Rita, Riachão do Bacamarte, no qual “[...] consta-nos que estão sendo prestados pelo governo os soccoros pedidos para attenuar ou debelar a horrível epidemia” (A UNIÃO, 02 mar. 1914); no ano de 1919, a cidade de Pilões foi atacada pelo vírus, fazendo com que o jornal publicasse a súplica para que “[...] o governo tome logo as providencias precisas para que se corte, em comer, um mal que vos poderá ser bem prejudicial, se chegar a se propagar” (A UNIÃO, 04 set. 1919); e em 1925, a capital paraibana sofreu mais um surto de bexigas irrompendo pústulas nos corpos de homens e mulheres, e as cidade de Cabedelo e Pilar “[...] onde essa terrível irruptiva ainda está grassando e não e não se extinguirá enquanto houver combustível que é representado no indivíduo imprevidentemente não imunizado” (A UNIÃO, 30 set. 1925).

Esses dados atestam que a varíola, apesar dos investimentos em vacinação e higiene, não foi erradicada com a construção do *Instituto Vacinogênico* e tão divulgado pela imprensa

a partir do ano de 1915. O jornal *A União*, tratou de, na edição do dia 30 de setembro de 1925, informar ao público leitor que “[...] as epidemias de varíola estão bem nesse caso, com as suas periódicas reaparições, sem que para verifica-las precisemos bolir com a história e consultar a higiene e as estatísticas de cada circunscrição do paiz”. No ano de 1925, a varíola “fez 509 vítimas e o governo do Estado foi obrigado a despender com os recolhidos ao isolamento cerca de 120 contos, sem falar nos auxílios prestados aos municípios atingidos pela epidemia” (*A UNIÃO*, 30 set. 1925).

O Dr. Teixeira de Vasconcelos, em artigo intitulado “A vaccina contra a varíola e seus salutaes efeitos”, publicado nos anais da *Semana Médica* de 1927, apresentou dados sobre a epidemia de varíola do ano de 1925: “[...] a epidemia que se manifestou com forte intensidade em fins de janeiro, fez o primeiro obto no dia 5 de fevereiro e o ultimo a 19 de setembro – causou 511 óbitos)”. Revelou ainda que nesse surto, “[...] estava a Hygiene quase sem meios para combatel-a; sentiu-se, porém, encorajada pelas considerações e apoio dados pelo Dr. João Suassuna, presidente do estado [...] fonecendo meios para execução de medidas que se impunha para o debelamento da epidemia” (VASCONCELOS, 1927, p. 24). Para tanto, foi improvisado um hospital de isolamento e organizado o serviço de desinfecções, de transporte de doentes e o de vacinação sistemática. Conforme os dados do esculápio, o número de mortos nessa epidemia contava com dois a mais que o que fora anunciado pelo jornal *A União*, durante os oito meses de peste. Ele ainda comemorou o fato de que a doença havia sido “[...] extincta em muito menor tempo do que as anteriores, graças á presteza com que era feita a vaccinação do povo e a efficacia da lympha empregada” (VASCONCELOS, 1927, p. 24).

Alguns anos mais adiante, em 1929, devido aos constantes surtos de varíola que insistiam em grassar Paraíba afora, o Dr. Walfredo Guedes Pereira, então diretor da Saúde Pública, solicitou ao Presidente da Paraíba, o Sr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a criação de outro instituto vacinogênico, “[...] o qual inaugurou-se no dia 4 de maio do anno acima referido, em pavilhão construído, com dependências e aparelhagem sufficiente a seu bom funcionamento” (VASCONCELOS, 1932, p. 17). Em artigo publicado nos anais da *Semana Médica*, o Dr. Teixeira de Vasconcelos apresentou dados sobre a vacinação após a criação do Instituto Vacinogênico. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro I – Vacinação contra a Varíola

Ano	Número de vacinados	Ano	Número de vacinados
1913	7.832	1919	1.463
1914	5.492	1920	1.045
1915	4.162	1921	842
1916	3.123	1922	819
1917	2.312	1923	632
1918	3.021	1924	384

Fonte: VASCONCELOS, 1927, p. 23

No período que vai de 1913 a 1924 foram vacinadas um total de 31.066 pessoas na capital paraibana. De acordo com os dados acima apresentados, percebe-se que durante os anos de funcionamento do *Instituto Vacinogênico* (1913 a 1916) foi realizado o maior número de aplicação de vacina contra a varíola. Com o fechamento de suas portas o número de vacinados começou a decrescer, sobretudo no início dos anos 1920. A alegação dos poderes públicos foi a de que a varíola estava extinta, portanto, não havia a necessidade de funcionamento do instituto, e por sua vez do serviço de vacinação. Ledo engano. No ano de 1925, “[...] foram vacinadas 18.056 pessoas, sendo a lympha utilizada, fornecida pelo departamento de Saúde e Assistência Pública de Pernambuco” (VASCONCELOS, 1927, p. 24). Não foi possível encontrar dados sobre a vacinação no período que vai de 1926 a 1928.

Já na *Revista de Medicina*, o Dr. Teixeira de Vasconcelos, apresentou dados sobre a vacinação a partir do ano de 1929: “[...] foram inoculados 31 vitellos e preparados 73.046 tubos de lympha, quantidade bastante para atender os pedidos dos municípios, de particulares e de alguns estados”. Só na capital da Paraíba, no período que vai de 1929 a 1932, foram vacinadas 17.014 pessoas “[...] discriminadas pelos anos do seguinte modo: em 1929, 1.538; em 1930, 7.230; em 1931, 5.090 e em 1932, 3.156 pessoas” (VASCONCELOS, 1932, p. 17). A ideia central era manter o estado “[...] liberto da terrível doença, que na phrase sábia do grande mestre Oswaldo Cruz só a tem quem quer”. Nesse caso, a Paraíba não queria, mas continuava a ter.

As reivindicações passaram a ser uma constante no discurso médico paraibano. Proferiam-se palavras no sentido de exigir que “[...] cada município deverá ter vaccinadores, estadoaes ou municipaes, médicos, se lhe for possível, farmacêuticos, ou pessoas habilitadas e idôneas, para se fazer a vaccinação systematica, nas cidades, povoações, fazendas, recôncavos de serra, em fim, em todos os logares onde exista raça humana” (VASCONCELOS, 1927, p. 25). Concluía-se a partir da fala do esculápio, que a profilaxia da varíola consistia na

vacinação obrigatória e permanente; que a vacina fosse de qualidade a ponto de assegurar a imunidade; que a virulência fosse verificada antes do seu emprego, e que linfa boa só seria possível com a criação de um novo instituto vacinogênico na Paraíba. Só assim, “[...] dentro de pouco tempo a Parahyba pequenina e boa ficará isenta da varíola”.

Estava mais que constatado que o estado ainda estava longe de exterminar definitivamente a varíola de sua lista de inimigos. O estado paraibano se revestiu do discurso de que por ter reativado o serviço de vacinação após o surto de varíola ocorrido no ano de 1925, ter criado um novo instituto de vacinação em 1929 e ter mantido nos anos que se seguiram a atividade de combate a varíola, em exercício constante, estavam livres desse mal. Ledo engano. Ela grassava em diversas cidades do interior do estado e pipocava a geografia da capital. O vírus da varíola continuou a entrar nos corpos sem pedir licença. Chegava e se instalava. Quando não era destruído, destruía a vida do hospedeiro. Era assim que a doença chegava, sem pedir permissão.

#### *Considerações finais*

“Esta cidade será toda invadida pelo morbus contagioso e seus terríveis estragos aparecerão assustadoramente, fazendo victimas inumeráveis, num crescendo apavorante”. Assim, alertava o jornal *A Imprensa*, na edição de 13 de janeiro de 1913, sobre os possíveis estragos causados pela varíola em caso de grassar mais um surto epidêmico na Paraíba. Uma metáfora bélica, uma guerra a ser travada. Lutar contra o vírus e a proliferação da enfermidade passou a ser uma constante nas publicações da imprensa paraibana.

Embora tenham existido cobranças no sentido de incentivar a publicação de notícias capazes de educar higienicamente a população paraibana e vacinar os corpos das pessoas, prevenindo-os contra a varíola, o efeito dessas medidas foram lentos. Isso graças a falta de informação, ao grande número de analfabetos, ao medo de injetar em seu corpo o humor vacinogênico, dentre outros. Como afirmei ao longo do texto, na Paraíba, as pessoas nos primeiros anos do século XX acabavam por procurar ajuda médica quando tinham seus corpos grassados por alguma enfermidade. Apesar desse dado, os médicos sanitaristas investiram esforços no sentido de proferir discursos capazes de conscientizar/informar as formas de prevenção e profilaxia da varíola.

Muito ainda há a ser dito sobre a história das doenças na Paraíba. Os silêncios ainda precisam ser rompidos. É preciso colocar os discursos médicos-institucionais sob suspeição. Recorrentemente, publicava-se que “[...] para felicidade nossa, já se encontra quasi extinta a epidemia de varíola, que desde fevereiro irrompeu nossa capital” (A UNIÃO, 30 set. 1925), ou mesmo que “[...] uma localidade civilizada certas moléstias se constitué um atentado desabonador de sua cultura, estando assim a Parahyba livre desse mal” (A UNIÃO, 10 out. 1925). Fato que não era de todo, verdadeiro. Analisar esses discursos em circulação fez-se necessário, pois vez por outra, os corpos de homens e mulheres pustulavam, pipocavam. As falas produzidas pela imprensa paraibana destoavam da realidade vivida pela população, tanto no sentido de dados sobre as enfermidades, quanto no sentido de alcance da proposta de uma educação médico sanitária. Enquanto isso, a Paraíba ficava bexiguenta.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Governo da Paraíba, 1980.
- CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FABIANI, Jean-Noel. *A fabulosa história do hospital*. Rio de Janeiro: LPM, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. Surtos epidêmicos de varíola na Província do Espírito Santo: século XIX. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVEIRA, A. J. T. *Uma história brasileira das doenças*: volume 6. Belo Horizonte: Traço Fino, 2016, p. 247-276.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Em favor da hygiene pública, da polícia sanitária e do bem geral*: as medidas de combate a varíola no século XIX. In: Anais do 30 Simpósio Nacional de História da ANPUH, Recife, v. 30, 2019.
- MAROJA, Flávio. Epidemia de varíola. *A União*, João Pessoa, 1912.
- MAROJA, Flávio. A varíola. Vaccinem-se! Revaccinem-se. *A União*, João Pessoa, 1913.
- MAROJA, Flávio. A varíola. *A Imprensa*, João Pessoa, 1913.
- MAROJA, Flávio. Varíola. *A União*, João Pessoa, 1914.
- MAROJA, Flávio. Há varíola em Pilões. *A União*, João Pessoa, 1919.
- MAROJA, Flávio. Varíola e vacinação. *A União*, João Pessoa, 1925.

- MARTINS, Nereida Soares. *Santa casa dos mortos: ritos fúnebres, mortalidade e relações de poder na Paraíba oitocentista*. Recife, 2019. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.
- MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Meneses. *O trabalho na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1999.
- MEDEIROS, Coriolano de. Subsídio para a história da hygiene pública na Parahyba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 117-123, 1911.
- NÓBREGA, Humberto. *As raízes das ciências da saúde na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1979.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti. SANTOS, Leonardo Querino dos. Só é sujo e doente quem quer: Representações médicas na Paraíba do início do século XX. *Revista de História Regional*. v. 20, 2015.
- SÁ, Lenilde Duarte. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Hygiene Pública, 1895 a 1918*. Ribeirão Preto, 1999, 291 p. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- SCHATZMAYR, Hermann. Varíola, uma antiga inimiga. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 1525-1530, nov/dez, 2001.
- SILVEIRA, Anne Jaqueline Torres. A varíola no Brasil do século XIX. In: PIMENTEL, S. F.; NASCIMENTO, D. R.; MACIEL, E. L. N. *Uma história brasileira das doenças: volume 4*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 51-68.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. Rio de Janeiro: AMCGUEDES, 2015.
- SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TOLEDO JR., Antonio Carlos de Castro. História da varíola. *Revista de Medicina Minas Gerais*. Belo Horizonte, n 15, p. 58-65, 2005.
- UJIVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus*. São Paulo: Contexto, 2015.
- VASCONCELOS, Teixeira. A vaccina contra a varíola e seus salutareos eifeitos. In: *Semana médica*. João Pessoa: Oficial, 1927.
- VASCONCELOS, Teixeira. A vacinação systematica contra a varíola na Paraíba e a necessidade dos Institutos Vaccinogênicos. *Revista de Medicina*. João Pessoa, n. 2, p. 15-17, ago. 1932.